

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2013 - CDH

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os desafios e as perspectivas do portador de deficiência, por ocasião da passagem do Dia Nacional de Luta do Portador de Deficiência, celebrado todo dia 21 de setembro e instituído pela Lei 11.133, de 14 de julho de 2005.

Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Sr. Marcelo Rubens Paiva (escritor)
- Sr. Marcelo Yuka (cantor)
- Sr. Herbert Viana (cantor)
- Exmo. Sr. Deputado Federal Romário
- Exma. Srª Deputada Federal Mara Gabrili
- Sr. Fernando Fernandes de Pádua (atleta paraolímpico)
- Secretário Nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência da Presidência da República;
- Sr. Lars Schmidt Grael;
- Srª Ariane Luna – Coordenadora Municipal de Políticas para Acessibilidade da Prefeitura de Macapá.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência foi instituído por meio da Lei nº 11.133/2005, através de ação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), como uma das deliberações oriundas do I Encontro de Delegados da Coalização Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes, realizado em Vitória-ES em 1982. Por oportuno, merece ser destacado que a proposta foi oriunda do PLS 379, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim.

A data representa a possibilidade de reflexão de todos os setores da sociedade sobre a temática dos deficientes físicos, decorridos mais de 30 anos da Organização das Nações Unidas ter declarado 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e o período de 1983-1992 como Década das Nações Unidas das Pessoas Portadoras de Deficiência (1983-1992).

Segundo dados disponíveis pelo IBGE do Censo de 2010, quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira, ou seja, 23,9% apresenta algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental/intelectual, representando cerca de 45,6 milhões de pessoas.

Assim, longe de representar a passagem de uma mera data comemorativa, revela-se o momento de discutir a formulação, desenvolvimento e acompanhamento dos instrumentos para as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Essas são as razões que me levam a apresentar o presente requerimento de realização dessa audiência pública.

Sala da Comissão, 05 de setembro de 2013.

Senador RANDOLFE RODRIGUES
PSOL-AP